



# NOSSO PONTO ALTO

*O crochê de Santa Rita Durão*





Peças em crochê da artesã Conceição da Anunciação.

## Expediente

Projeto Integrado de Educação Patrimonial das Obras da Ponte e Passarela  
Santa Rita, Distrito de Santa Rita Durão – Mariana/MG (Processo IPHAN nº 01514.000675/2022-45)

### COORDENAÇÃO

Fundação Renova

*Camila Vasconcelos Rabelo*

### EQUIPE DE DIÁLOGO

Kim Lauenstein / Tatiane Mesquita

### EXECUÇÃO

Sete Soluções e Tecnologia Ambiental Ltda. | Stratus Arqueologia & Patrimônio Cultural  
Flávia Maria da Mata Reis (Coordenação Geral) | Patrícia C. Letro de Brito (Coordenação Técnica)

### REDAÇÃO E EDIÇÃO

Patrícia C. Letro de Brito | Diogo de Cerqueira Pinto | Sílvia Alves Peixoto

### FOTOGRAFIA/IMAGENS

Geraldo Pereira de Moraes Jr. | Patrícia C. Letro de Brito | Freepik | Arquivos

### REVISÃO

Flávia Maria da Mata Reis | Patrícia C. Letro de Brito

### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

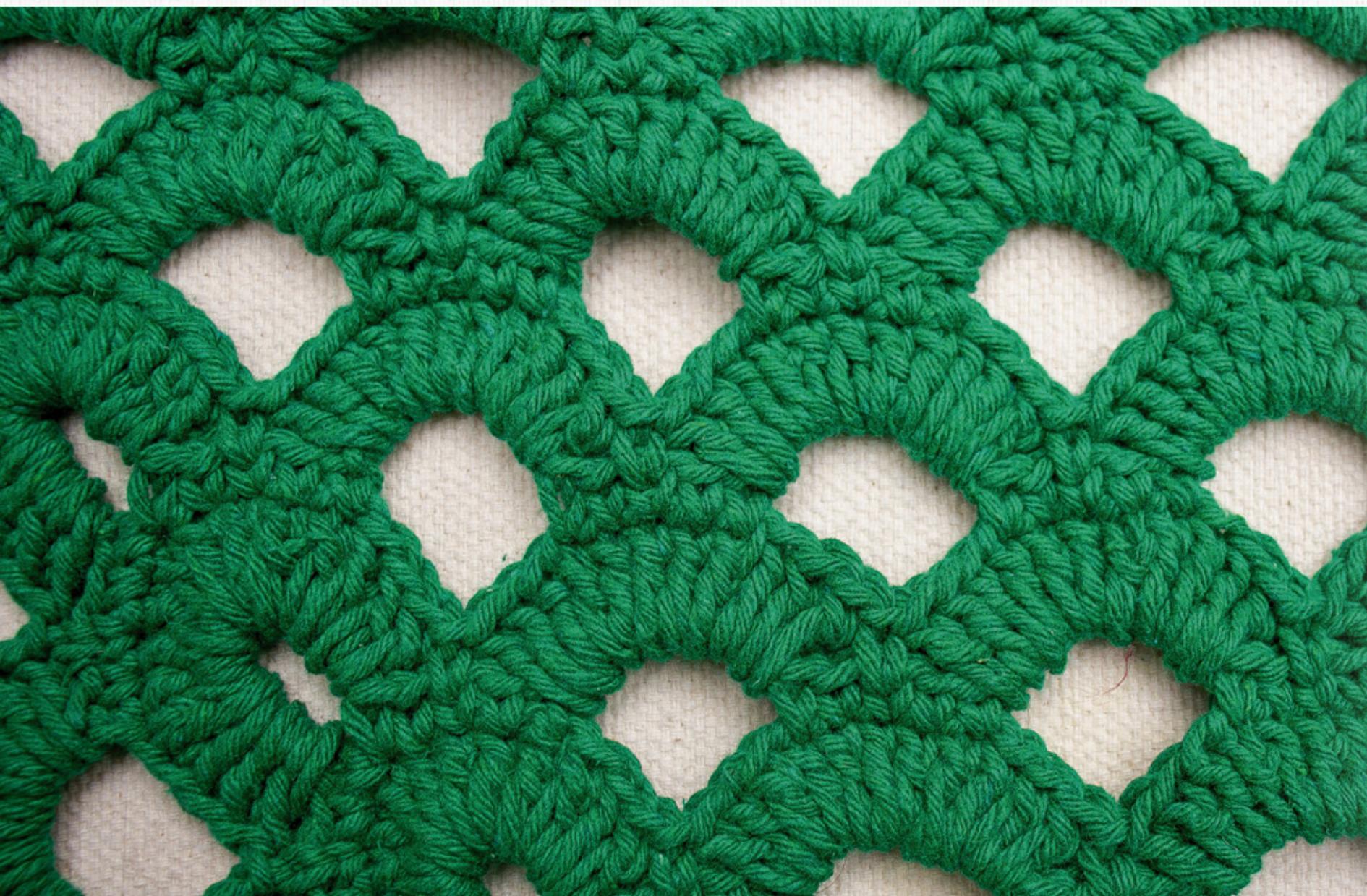
Tiago Farias

Distribuição Gratuita

### CONTATOS

[licenciamento@fundacaorenova.org](mailto:licenciamento@fundacaorenova.org) | [sete@sete-sta.com.br](mailto:sete@sete-sta.com.br)

Abril de 2024



Detalhe de tapete em chochê da artesã Conceição da Anunciação.



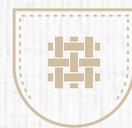
## Apresentação

Este catálogo é fruto da união de mulheres artesãs que tecem com suas agulhas e linhas mais do que peças de crochê; são tramas e redes feitas com muito afeto e respeito às tradições e manifestações culturais existentes no pequeno distrito de Santa Rita Durão, pertencente ao município de Mariana, MG. A partir de um trabalho de Educação Patrimonial, desenvolvido na comunidade em virtude de um achado arqueológico, o grupo, denominado “Nosso Ponto Alto”, em alusão a um dos inúmeros pontos de crochê, passou a se reunir para elaborar o **Inventário Participativo**, ferramenta cada vez mais utilizada para a valorização das referências culturais de comunidades espalhadas por todo o território brasileiro. Sendo assim, neste catálogo, são apresentados os resultados desta ação, com o objetivo de valorizar e fomentar o trabalho destas artesãs, importantes detentoras deste saber que permeia a história local e do Estado de Minas Gerais.

O Inventário Participativo é uma ferramenta de Educação Patrimonial que visa mobilizar e sensibilizar comunidades acerca do seu próprio patrimônio, colocando-os como protagonistas no processo de identificar e documentar os bens culturais considerados relevantes para a população local.



Peças em crochê da artesã Lucilene de Souza Xisto.



## O Projeto

As ações desenvolvidas com as artesãs são fruto das atividades de Educação Patrimonial desenvolvidas no âmbito do processo de licenciamento das obras da Ponte e Passarela Santa Rita, empreendimento sob responsabilidade dada Fundação Renova que visou à reconstrução da ponte anteriormente existente na rua do Rosário, garantindo maiores condições de segurança para o acesso ao distrito de Santa Rita Durão, localizado no município de Mariana/MG.

Em função das intervenções que seriam realizadas para a construção da nova ponte, o **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)** solicitou a realização do Projeto de Acompanhamento Arqueológico das obras de engenharia. Durante esse acompanhamento, foram identificados os vestígios do antigo calçamento de pedras em pé de moleque, que revestiu a rua do Rosário no período colonial. Dada a sua importância histórica e por estarem localizados na área afetada pelas obras, esses vestígios foram objeto do Resgate Arqueológico Emergencial.

Paralelamente, o IPHAN solicitou também a elaboração de um Projeto Integrado de Educação Patrimonial, que contemplasse ações voltadas para a comunidade de Santa Rita Durão, tendo como foco o Patrimônio Cultural existente na região.

Assim, as atividades com as artesãs foram programadas e efetuadas ao longo de três meses, sendo que, ao todo, foram realizados oito encontros. Nessas ocasiões, as artesãs, juntamente com a equipe técnica, composta por profissionais da Sete Soluções e Tecnologia Ambiental e da Stratus Arqueologia & Patrimônio Cultural, puderam refletir sobre o crochê e sua importância enquanto referência cultural do distrito de Santa Rita Durão.

“O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.”

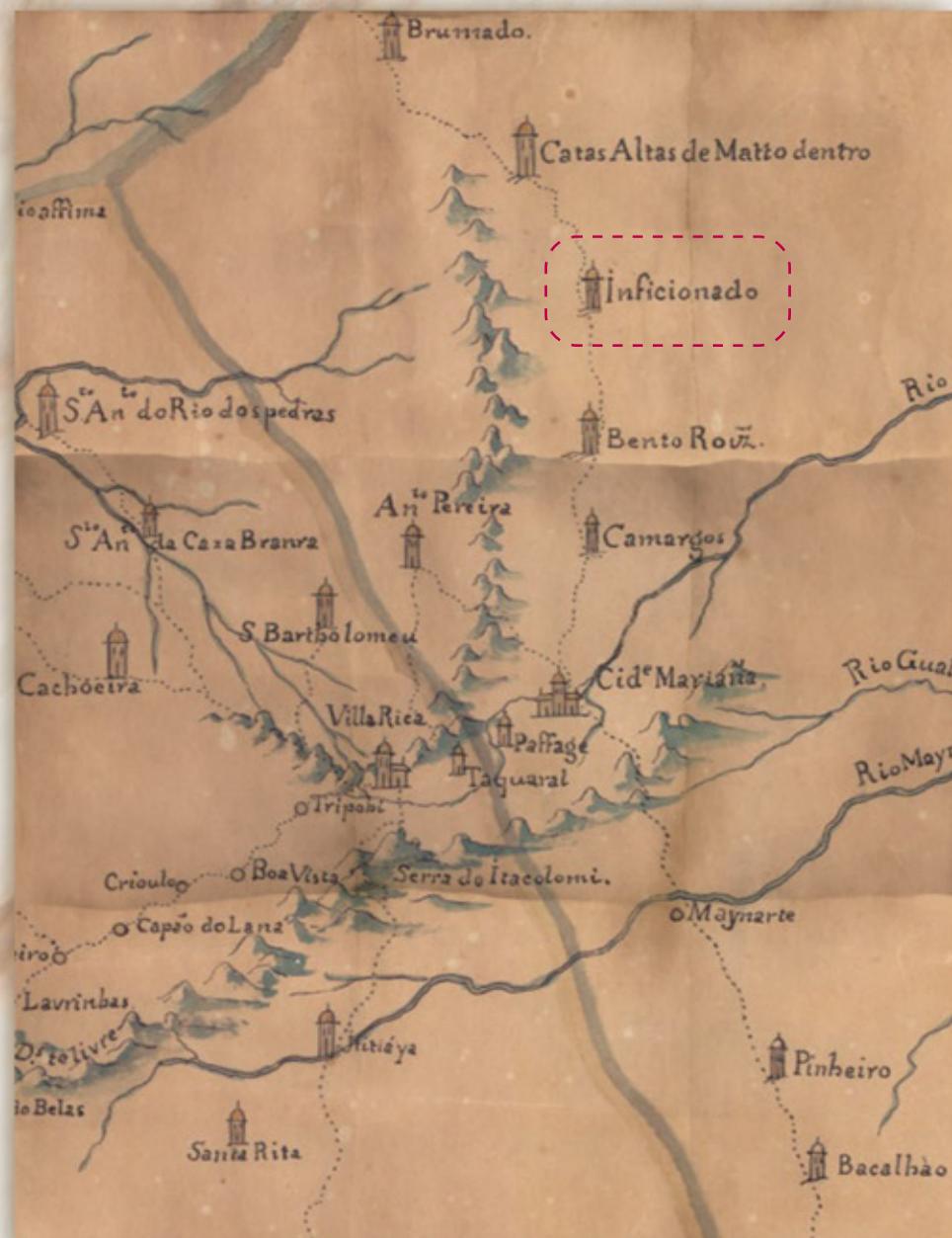
Fonte: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/apresentacao>

### PATRIMÔNIO CULTURAL

Por Patrimônio Cultural podemos entender tudo aquilo que é representativo para a humanidade como um todo, para algumas sociedades ou somente para grupos específicos.

A noção de patrimônio cultural diz respeito à herança coletiva - tudo que recebemos de nossos antepassados - que deve ser transmitida às futuras gerações de forma a relacionar o passado e o presente, permitindo a visão de futuro dentro do conceito de desenvolvimento sustentável de uma determinada região.





Detalhe da Carta Geográfica do Termo de Villa Rica, século XIX, indicando as diversas localidades existentes ao norte da cidade de Mariana, incluindo o chamado Inficionado. Fonte: Acervo do Arquivo Público Mineiro. Disponível em <<| [Imagens Cartográficos \(cultura.mg.gov.br\)](http://imagens.cartograficos.cultura.mg.gov.br)>>.



## O Território

Nossa Senhora de Nazaré do Inficionado é a antiga denominação do distrito de Santa Rita Durão. Seu processo de ocupação histórica remonta ao início do século XVIII, quando a expedição guiada pelo Sargento-mor Salvador de Faria de Albernaz chegou na localidade que foi originalmente denominada Arraial de Inficionado. O atual nome “Santa Rita Durão” só foi adotado em 1895, para homenagear o frei e poeta José de Santa Rita Durão (1722-1784) – filho daquela terra e autor do poema épico “Caramuru” (1781), sobre o descobrimento da Bahia (Casal, 1817).

De acordo com o historiador Diogo de Vasconcelos (1974b), Albernaz partiu de Bento Rodrigues em direção à Serra do Caraça e, ao transpor as montanhas que dividem os rios Gualaxo do Norte e Piracicaba, alcançou o ribeirão do Inficionado, cujo leito era riquíssimo em ouro. A notícia de que havia faisquezas de ouro no leito do ribeirão logo se espalhou, atraindo muitas pessoas que rapidamente formaram um povoado, o qual foi elevado à categoria de freguesia em 1718.

Há duas explicações possíveis para o emprego do nome “Inficionado”: a primeira é a de que aquela região havia sido “infestada” por pessoas desordeiras e insubordinadas, que exploravam o ouro sem prestar contas à Coroa Portuguesa (Ferreira, 2007). Segundo Diogo Vasconcelos (1974b: 181), “inficionar o ribeiro se dizia quando os filibusteiros o assaltavam em tumulto. O descoberto de Albernaz tomou por isso o nome de Inficionado”. Já a segunda explicação é a de que tal denominação se referia à má qualidade do ouro ali encontrado. De acordo com o naturalista austríaco Johann Emanuel Pohl, que esteve na região por volta de 1820, “Inficionado recebeu esse nome em consequência da diminuição da finura do ouro, que, originalmente, era extraído perfeita-



mente puro, porém que mais tarde se degradou e por isso foi chamado ouro inficionado” (Pohl, 1951: 385).

Já Ferrand (1998) atribui a escolha do nome à descoberta de um profundo canal que, por conta de sua abundância, estaria infectado de ouro.

Como em todo novo descoberto, ao fixar os primeiros habitantes, logo houve a preocupação em erigir o primeiro templo religioso. No Inficionado, a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré foi inaugurada em 1729, e ainda se encontra no mesmo local, ostentando sua arquitetura setecentista, resultado de diversas reformas realizadas ao longo do século XVIII. Serviu como marco de ocupação, ao ter seu adro mantido para uso da população e em seu entorno surgiram diversas edificações, tanto residenciais como comerciais (Prefeitura Municipal de Mariana, 2009).

Outro templo religioso setecentista ainda presente em Santa Rita Durão é a Igreja do Rosário, situada ao sul da Matriz e a ela interligada pela via principal do distrito. A Irmandade do Rosário é historicamente relacionada às populações negras e escravizadas. Apesar de não ter sido frequentada pela elite da época, possui uma arquitetura bastante refinada.

A chegada do século XX não impediu a continuidade da exploração mineral no entorno de Santa Rita, com a substituição do ouro pelo ferro, enquanto principal produto minerado, dando prosseguimento a um movimento surgido na segunda metade do século anterior, quando da chegada de empresas estrangeiras à região.

Em meados do século XX, desembarcaram em Santa Rita grandes companhias como Vale do Rio Doce, Alcan e Samarco, “que implicaram em uma reestruturação das relações urbano-rural. Terras, matas e cachoeiras que tinham uso comunitário acabaram tendo seus acessos restritos” (Prefeitura Municipal de Mariana, 2009: 37). O novo capital também atraiu novos moradores, ampliando a área urbana de distritos, fomentando o comércio e alterando a arquitetura local: “não há como desvincular a trajetória de Santa Rita Durão da relação com a mineração, o que resultou em riquezas (ainda que efêmeras) e em impactos de várias medidas (estes sim, muitos duradouros)” (Prefeitura Municipal de Mariana, 2009).

Santa Rita Durão está situada ao norte da cidade de Mariana, e a 18 km do município de Catas Altas, tendo a rodovia MG-129 como principal via de acesso. O pequeno distrito está implantado na margem oeste do rio Piracicaba, pertencente à bacia do rio Doce. Em seu entorno, é possível observar a presença de grandes cadeias montanhosas que, juntamente com o casario histórico, compõem uma paisagem bucólica, característica dos povoados históricos mineiros, onde a vida pacata e a simplicidade estão sempre presentes. A rua do Rosário é a via principal, sendo a praça da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré o ponto central, onde a comunidade se reúne para as atividades religiosas e festas tradicionais. Ao longo dessa rua, há vários casarões coloniais e, seguindo em direção a Bento Rodrigues, logo após a ponte e passarela reformadas, estão a Casa com Rótulas e a Igreja do Rosário, ambas, assim como a Matriz, tombadas pelo IPHAN, ou seja, protegidas em instância federal.





## O Crochê e sua História



Girl crocheting  
Pierre-Auguste Renoir - 1875



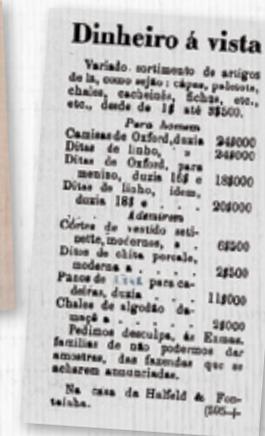
A técnica utilizada para a confecção de peças de crochê provavelmente não ocorreu em um único local, e é difícil afirmar com precisão quando e onde ela surgiu, mas tudo indica que a costura com agulhas foi criada por diferentes grupos humanos, distantes geográfica e cronologicamente entre si.

Sabe-se, por exemplo, que os indígenas nativos do Brasil possuíam grande habilidade em produzir cestarias a partir do entrelaçamento de fibras, em alguns casos, com o auxílio de agulhas feitas de ossos de animais ou de madeira, numa técnica semelhante ao crochê (Costa & Lima, 2016). Na América Latina, há vestígios arqueológicos de vestimentas produzidas a partir de crochês e rendas em períodos que remontam há mais de 600 anos no passado (Cook, 2001 *apud* Tigre, 2018).

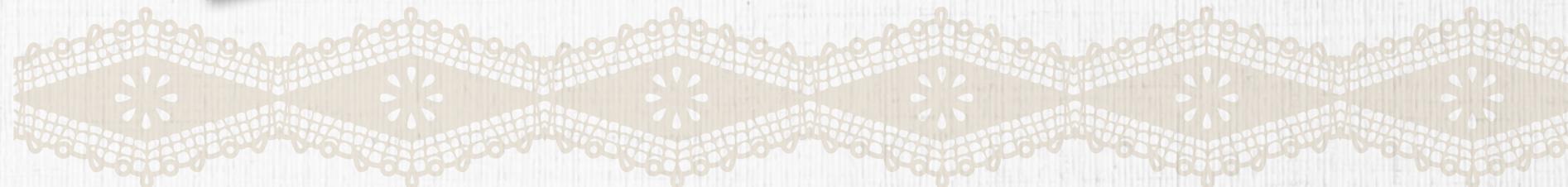
Já para a Europa, há evidências de que o crochê começou a se espalhar por volta do século XVII, tendo se popularizado a partir do XIX, com a publicação de livros com desenhos de padrões do que era chamado de “crochê no ar”, pela ausência dos suportes típicos do bordado (Paludan, 1995 *apud* Schulz & Cunha, 2021).

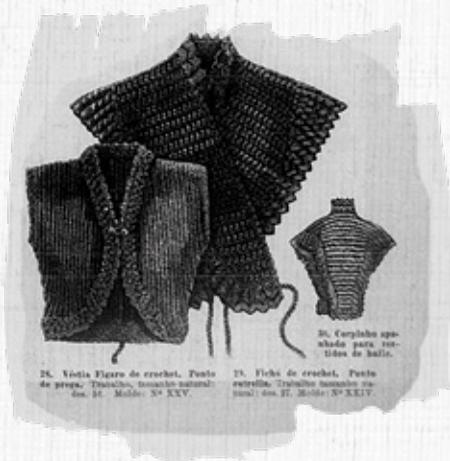
Nessa mesma época, surgem as primeiras menções ao crochê em anúncios de jornais no Brasil, como em uma edição do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, de 1852, com o anúncio de uma professora portuguesa que ensinava diversos ofícios, dentre eles o crochê. Três anos depois, em 1855,

aparece a segunda referência ao crochê, publicada pelo *Almanak Administrativo*, também do Rio de Janeiro, mencionando uma outra professora de costura, que, entre seus conhecimentos, também detinha a arte do crochê. Nas décadas seguintes, proliferaram propagandas de casas comerciais especializadas em produtos têxteis, de diferentes locais do país, como São Luiz, no Maranhão, e Juiz de Fora, em Minas Gerais. Para os últimos anos do século XIX, surgem nas revistas ilustrações de peças de roupas feitas de crochê, além de desenhos dos pontos de costura, para servir como guia para as artesãs da época. Apenas em um periódico, *A Estação: Jornal Ilustrado para a Família*, são mais de 1.100 páginas com menção ao crochê, entre os anos de 1879 e 1904.

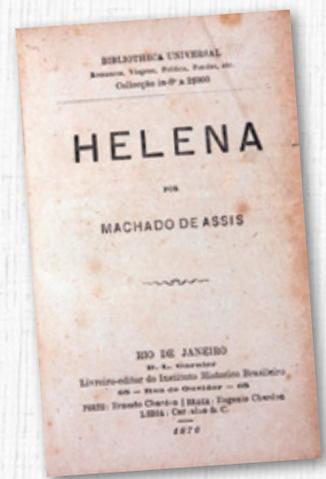


The Fair Lady working Tambour  
Carington Bowles - 1766-1784 (circa)





Além de anúncios comerciais, o crochê também se fazia presente na literatura. Machado de Assis, que estava em franca produção nesse mesmo período histórico - e que tinha por estilo escrever sobre atividades cotidianas, muitas relacionadas com personagens femininas -, mencionou o crochê em três de suas obras: “A Mão e a Luva”, de 1874; “Helena”, de 1876; e “Memorial de Aires”, de 1908. Em um trecho de “Helena”, por exemplo, a personagem principal, em um certo momento, está tecendo uma peça de crochê, mostrando que a prática era comum naquela época: “A notícia da volta de Mendonça encheu de contentamento o sobrinho de D. Úrsula. D. Úrsula estava então na sala de costura, relendo algumas páginas do seu Saint-Clair, encostada a uma mesa. Do outro lado, ficava Helena, a concluir uma obra de crochet” (Machado de Assis, 1876).



Já no século XX, o crochê passou por altos e baixos na moda do vestuário. Contudo, na década de 1960, com a cultura hippie em ascensão, a técnica foi bastante utilizada para confecção de roupas que buscavam fugir do padrão ocidental, com muitos estilistas buscando referências orientais, indianas e ciganas, formando uma moda multicultural (Garcia, 2017).

Atualmente, o crochê é reconhecido como uma técnica que integra o artesanato tradicional brasileiro. Está diretamente ligado a grupos específicos, representando um saber popular, por meio do qual as artesãs podem criar ou adaptar padrões de trama, levando para a peça tecida referências pessoais e locais (Lemes & Pereira, 2020).



## O crochê como um saber tradicional

Para as artesãs de Santa Rita Durão, o crochê é um vício, “igual cachaça: todo dia precisa!”.

Terapia, passatempo, aprendizado... a verdade é que o crochê se tornou motivo de orgulho, resgate de memórias e construção de identidade, além de uma fonte de renda para muitas mulheres do distrito.

O grupo é formado por dezesseis mulheres de várias idades e histórias, que aprenderam a arte do crochê de diferentes maneiras, mas sempre a partir de outras mulheres: com familiares, na internet, e até mesmo por meio de cursos promovidos por instituições e empresas há alguns anos.

Mãe e filha, Ângela Pereira e Jessiane Pereira Domingos tecendo durante a Roda de Conversa.





Maria José Ferreira, a “Dona Zizi”, tecendo durante a Roda de Conversa.

“Dona Zizi”, liderança do grupo de artesãs, relata que aprendeu crochê já adulta, por conta de uma necessidade financeira decorrente de um tratamento dentário de seu filho. Com o aprendizado e a pequena produção vendida, pôde arcar com os custos do tratamento.

Caminhos de mesa, tapetes, jogos de cozinha, capas de almofada, colchas, além de peças de vestuário, feminino e infantil, são os principais itens confeccionados por essas hábeis cidadãs de Santa Rita.

No crochê, o processo de confecção passa por uma série de escolhas. Primeiro, define-se o modelo da peça e o ponto que será utilizado:

Ponto alto, ponto baixo, ponto pipoca, ponto baixíssimo, ponto alto duplo, ponto tombadinho, ponto segredo, ponto relevo, ponto rococó, ponto casinha de abelha, ponto V (ponto pé de galinha), meio-ponto, ponto argola, ponto correntinha, ponto mágico, ponto X (ponto torcida), ponto puff.

### **INÚMERAS SÃO AS POSSIBILIDADES!**

Em seguida, é escolhido o tipo de linha e a agulha, cujo tamanho vai depender da espessura da linha. Para itens que demandam uma maior resistência, como capas de almofadas e tapetes, por exemplo, usa-se a linha barbante, mais grossa, para conferir mais robustez à peça.



A agulha é segurada tal qual um lápis, com a mão oposta controlando a linha, com o auxílio dos dedos indicador e médio.

Ferramentas na mão, é hora de iniciar a correntinha, ou o anel mágico. A partir daí, segue-se a “receita”, que pode ser um modelo ou desenho. As artesãs relatam que, atualmente, seguem vídeos do *YouTube* para aprimorar seus trabalhos, por meio dos quais aprendem técnicas novas, incluindo crochês com desenhos.

O processo de confecção pode durar muito tempo. Algumas relatam que tecem por até dez horas seguidas. Há, contudo, que se atentar à postura, para não desenvolver dores na coluna e pescoço, e até mesmo evitar problemas ortopédicos no braço.

Assim, através do crochê, muitas mulheres de Santa Rita Durão vêm complementando suas rendas, garantindo em alguns casos até mesmo independência financeira; estreitando laços de amizade e fortalecendo uma tradição local, que, se depender delas, será perpetuada para as próximas gerações.

É importante mencionar, que no decorrer dos encontros, além da exposição e debate dos temas relacionados com o Inventário Participativo, foi destinado um tempo denominado de “crochetagem”, momento no qual as artesãs puderam fortalecer seus laços e se dedicarem ao ensino do crochê para as adolescentes, equipe técnica e representantes das instituições envolvidas nas atividades, sempre com muito desempenho e afeto! Ademais, com o intuito de deixar um registro material do crochê enquanto um saber local, as artesãs



A artesã Jessiane Domingos ensinando a representante da Fundação Renova, Kim Lauenstein, o ponto básico do crochê.



A aprendiz Alessandra Castro tecendo a “correntinha” durante a Roda de Conversa.

**CORRENTINHA:** base inicial para o ponto que será utilizado na confecção da peça.

**ANEL MÁGICO:** base considerada melhor opção para iniciar a confecção de peças circulares, apesar de também ser possível a partir da correntinha.

teceram uma toalha de mesa que foi doada para uma das escolas de Santa Rita Durão, a Escola Municipal Sinhô Machado, instituição que também foi inserida nas atividades do PIEP. Desse modo, as atividades com as artesãs transpuseram os limites da casa da Dona Zizi e puderam reverberar, de certo modo, na vida de outras pessoas da comunidade.

Artesãs, equipes técnica e de apoio exibindo a toalha de mesa elaborada durante as atividades do PIEP.





Artesãs planejando a confecção da toalha de mesa.



Representes das artesãs, Dona Zizi e Conceição da Anunciação, entregando a toalha de mesa para Hormelina Maria Oliveira, diretora da Escola Municipal Sinhô Machado.



As artesãs e amigas, Conceição da Anunciação, Fátima Souza e Eva Ferreira.



A artesã Maria do Carmo exibindo o porta xícaras de crochê.



A artesã Dona Cota exibindo o seu caminho de mesa.



A artesã Ângela Pereira exibindo o seu caminho de mesa.



Pano decorativo elaborado pela artesã Maria Geralda Ramos.



Blusa feminina tecida pela artesã Conceição da Anunciação.



Jessiane Pereira Domingos com o seu vestido de noiva feito por ela.



A aprendiz Emiliane Ferreira exibindo o caminho de mesa feito por sua mãe, Maria das Mercês.



Forros de bandeja da artesã Fátima de Souza.



Vestido infantil elaborado por Maria José Ferreira (Dona Zizi).



Vestido infantil confeccionado pela artesã Maria do Carmo Sales.



Detalhe da peça em crochê elaborada pela artesã Florenice Coelho.



## Referências

A estação: Jornal Ilustrado para a Família, Rio de Janeiro, 1879 - 1904. Disponível em: <<<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709816&pesq=crochet&pasta=ano%20189&hf=memoria.bn.br&pagfis=2>>>. Acesso em 20/11/2023.

Almanak Administrativo, Rio de Janeiro, 1855. Disponível em: <<[http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_04/3886](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/3886)>>. Acesso em 20/11/2023.

CASAL, Aires de. Corografia Brasílica. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817.

COSTA, Rodrigo Lessa; LIMA, Tania Andrade. A Arte e a técnica de trançar na pré-história de Pernambuco: a cestaria dos sítios Alcobaça e Furna do Estrago. Revista Clio Arqueológica, Recife, v. 31, n. 2, p. 102-152, 2016.

FERRAND, Paul. O ouro em Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

GARCIA, Sueli. A contracultura e a vestimenta hippie - EUA e Inglaterra. Revista Belas Artes, n. 24, mai./ago/ 2017.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1852. Disponível em: <<[http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_04/3886](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/3886)>>. Acesso em 20/11/2023.

Jornal O Paiz, São Luís, 1864. Disponível em: <<<http://memoria.bn.br/DocReader/704369/796>>>. Acesso em 20/11/2023.

Jornal Pharol, Juiz de Fora, 1884. Disponível em: <<<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/2070>>>. Acesso em 20/11/2023.

LEMES, Bianca Xavier; PEREIRA, Andréa Franco. Tecer e empoderar: as entrelinhas do saber-fazer do crochê de um grupo de mulheres artesãs. Multitemas, Campo Grande, v. 25, n. 49, p. 169-190, jan./abr. 2020.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Helena. Rio de Janeiro: Garnier, 1876.

POHL, João Emanuel. Viagem no Interior do Brasil (empreendida nos anos de 1817 a 1821) - Segunda Parte. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde; Instituto Nacional do Livro, 1951.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA. Dossiê de Tombamento do Núcleo Histórico Urbano do Distrito de Santa Rita Durão. Mariana, 2009.

SCHULZ, Fernanda Enéia; CUNHA, Joana Luisa Ferreira Lourenço da. Diálogo entre crochê artesanato, design de moda e comunicação para a sustentabilidade. Revista ModaPalavra, Florianópolis, v. 14, n. 14, p. 85-110, out./dez. 2021.

TIGRE, Laís Alcântara. Manufatura de tapeçarias andinas: culturas pré-colombianas - Mochicas e Chimús. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Têxtil e Moda, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

VASCONCELOS, Diogo de. História Antiga das Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, v.1, 1974b.

